



CARR, Edward Hallett, **Vinte Anos de Crise: 1919 – 1939**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2001, 354 páginas.

Resenhado por: Gustavo G. Müller\*

Edward H. Carr (1892-1982) nasceu na Inglaterra, formou-se no curso Clássico em Cambridge e assistiu à Conferência pela Paz em Paris, ao fim da Grande Guerra, como empregado do Ministério do Exterior. Em 1936, inicia como professor de Política Internacional e, em 1939, torna-se editor-assistente do jornal inglês *The Times*. Retornando a Cambridge com o término da Segunda Guerra, Carr passa a pesquisar a história da União Soviética sobre a qual publica 14 trabalhos, revelando seu pensamento esquerdista (GRIFFITHS, 2004, p.19). Apesar disso, será sempre mais conhecido pela contribuição à ascensão do realismo no século XX com a obra aqui resenhada.

O livro foi produzido em 1937, quando “a guerra [Segunda Guerra Mundial] projetava sua sombra sobre o mundo, mas quando nem toda esperança de evitá-la estava perdida” (CARR, 2001, Prefácio à Primeira Edição, p.1). Nele, o autor analisa os caminhos seculares de duas correntes antagônicas da política, a utópica e a realista, destruindo o “edifício” da primeira e dando passos importantes na construção da segunda. Além disso, responde porque a utopia dominou o pensamento teórico no entreguerras e demonstra que nenhuma teoria é suficiente sem elementos de sua oposta. Por fim, Carr ilumina os conceitos do poder, da moral e do Direito para a política internacional.

O pensamento político utópico que ainda prevalecia após a Primeira Guerra Mundial começa a surgir ao fim da Idade Média como reação aos realistas do Renascimento que atacaram a primazia da ética e contestaram a autoridade moral da Igreja. A nova utopia baseia-se, então, na lei da natureza e considera que a opinião pública é a justiça e a verdade que vão prevalecer. Ademais, os utópicos consideram que o mundo ideal imaginado por eles descenderia ao plano prático, dada a harmonia de interesses. Este conceito, por sua vez, expressa que, tanto na economia liberal como no cenário político internacional, as aspirações individuais convergiriam para o bem do coletivo – as nações desejariam a paz e aquelas que a perturbassem seriam imorais e irracionais. Mais tarde o autor afirma que o verdadeiro interesse de cada nação está na manutenção do *status quo* quando este lhe é favorável, e isso pode significar paz ou guerra para o sistema. “Inadequada e errônea a tentativa de basear a moral internacional numa pretensa harmonia de interesses, que identifica o interesse da totalidade da comunidade das nações, com o interesse de cada membro individual dela” (CARR, 2001, p. 80). Ainda assim, segundo Carr, a teoria da harmonia de interesses foi sustentada pelo intenso progresso capitalista ao longo do século XIX que ocultava diferenças individuais.

---

\* Aluno de Relações Internacionais da UFRGS e bolsista do NERINT, em dezembro de 2007.



Mas porque esse pensamento utópico do liberalismo, ligado à harmonia de interesses, persistiu mesmo após a Grande Guerra (1914-1918), quando se estaria provado que havia interesses divergentes dentro do sistema internacional e isso levava ao jogo de poder e à perturbação da paz? Primeiro porque o liberalismo ainda produzia muitos frutos positivos nos Estados Unidos da América, importante fonte do pensamento de política internacional, e as suas mazelas estavam ocultas nesse país até a Crise de 29. Também porque a elaboração de pressupostos éticos, tal como foi feita a partir do Tratado de Versalhes e da criação da Liga das Nações, estava subordinada a interesses das nações mais fortes que almejavam a manutenção do *status quo* ainda que este não refletisse corretamente as relações de poder. Carr argumenta, então, com exatidão, que as decisões do entre-guerras falham ao não levarem em conta o poder estruturado do sistema internacional e ao tentarem “empurrar” pressupostos éticos distantes da realidade na construção de tratados e da Liga das Nações.

Uma das análises que permanece atual e importante não apenas para as relações internacionais mas também para a Ciência Política é a distinção entre utopia e realidade que Carr desenvolve no início do livro. Para o autor, enquanto a utopia almeja mudar o mundo pela força de vontade, o realismo aponta os constrangimentos que impedem a mudança. Ainda, a utopia está relacionada com o intelectual, com a teoria alterando a prática, com o pensamento da esquerda, com o naturalismo jurídico e com a ética desvincilhada da política. Já o realismo relaciona-se com o burocrata, com a prática fundando a teoria, com pensamento da direita, com o positivismo jurídico e com o predomínio da política e dos fatos sobre a ética.

Carr também tem o mérito de apontar as falhas do próprio realismo que, embora seja preponderante em termos lógicos, carece de fundamentos para a própria continuidade do pensamento. Ao realismo falta apelo emocional, objetivos finitos, direito de julgamento moral e, por fim, campo de ação que traga esperança e alimente o espírito humano. Assim sendo, os próprios realistas recorrem seguidamente ao ideário utópico para fornecer teorias que sejam mais facilmente absorvidas pela sociedade. O autor reconhece, por fim, que: “[...] qualquer pensamento político lúcido deve basear-se em elementos tanto de utopia, quanto de realidade. Onde o pensamento utópico tornou-se uma impostura vazia e intolerável, que serve simplesmente como um disfarce de para os interesses dos privilegiados, o realista desempenha um serviço indispensável ao desmascará-lo. Mas o puro realismo não pode oferecer nada além de uma luta nua pelo poder, que torna qualquer tipo de sociedade internacional impossível.” (CARR, 2001, p. 122).

A partir de então, tem-se uma análise do papel do poder e da moral no sistema internacional e Carr inicia dizendo que “embora não se possa definir a política exclusivamente em termos de poder, é seguro dizer-se que o poder é sempre um elemento essencial da política.” (CARR, 2001, p. 135). Para definir tal poder no sistema internacional, o autor valeu-se de três elementos essenciais, o que por vezes pode parecer simples demais, mas têm importância fundamental para os estudos realistas futuros. São eles: poder militar, poder econômico e poder sobre a opinião pública. Os três são dependentes entre si, sendo que o elemento militar é a última instância de poder



de cada estado e não carece de maior estudo. Já o elemento econômico serve tanto como financiador da máquina de guerra como instrumento da política. Exemplos disso não faltavam para Carr e não faltam atualmente para demonstrar como uma nação economicamente forte tem um papel relevante, seja com exportação de capital ou com controle de mercados. Ainda hoje nota-se, mesmo com avanços em transporte e em comunicação, uma busca por autonomia em diversos setores da economia, principalmente recursos estratégicos. Finalmente, o poder sobre a opinião é também essencial, pois na época em que o livro é escrito, assim como hoje, crescia cada vez mais o número daqueles cuja opinião é relevante. Aqui o autor sustenta a importância da propaganda política que, segundo ele, estaria surgindo no início século XX.

Apesar do poder representar o principal elemento no sistema internacional, Carr sustenta que também a moral tem papel importante. Nenhum ato pode se sustentar exclusivamente com a força. Tanto na época de Carr, quando a Alemanha procurava fundamentar as invasões em princípios éticos e em direitos do povo alemão, como hoje, quando os EUA esforçam-se para justificar as invasões sob a bandeira da democracia ou quando os novos gastos militares são justificados para ampliação do mecanismo de defesa, o argumento moral é fundamental. Por fim, Carr sustenta, acertadamente, que os argumentos morais são criados pelos mais fortes da comunidade, seja para justificar a manutenção do *status quo* seja para alterá-lo em seu favor.

Ao final do livro, Carr demonstra que as dificuldades do direito internacional residem na pequena evolução da comunidade política. Para ele, é a evolução social que determina a evolução do direito nacionalmente, e isso se aplicaria também no âmbito internacional. Somente uma estrutura social forte que criasse obrigações a todas as partes – como um governo mundial – poderia estruturar um Direito eficaz e não o contrário – leis e tratados procurando alterar a realidade – como, segundo o autor, foi planejado com a Liga das Nações. O Direito nacional é função da política e “o mesmo é verdade sobre o direito internacional, que não pode ter existência exceto na medida em que exista uma comunidade internacional que [...] o reconheça como obrigatório.” (CARR, 2001, p. 231).

Concluindo, Carr indaga ser possível uma mudança pacífica no sistema internacional quando a distribuição das forças não mais corresponde à situação que se apresenta. Ele responde que sim, é possível que haja esta mudança, mas que ela deve levar em consideração o jogo de poder e a validade da própria ameaça do uso da força para a manutenção da paz. Mais uma vez, a Liga das Nações e os tratados de entreguerras falham ao tentarem impor a paz apenas via instrumentos éticos e jurídicos. Enfim, para que a mudança pacífica ocorra também é necessário que o mais forte ceda aos anseios daquele que deseja mudança dentro de aspectos morais e dos diferentes poderes envolvidos. Ao fim, Carr rende-se novamente à necessidade de combinação entre utopia e realismo: “sabemos que só se pode conseguir a mudança pacífica através de um meio-termo entre a concepção utópica, de um sentimento comum do que é certo, e a concepção realista, de um ajustamento mecânico a um equilíbrio de forças alterado.” (CARR, 2001, p. 284).



A obra de Carr é importante não apenas por formar as bases do realismo do século XX ou por apresentar as correntes teóricas, conceitos e fatos que serviriam para futuros estudos. *Vinte Anos de Crise* é clássico porque é atemporal e as análises sobre a dicotomia realista e utópica, sobre o poder, a moral e o direito internacional podem ser usadas para iluminar os fatos das relações internacionais contemporâneas.

**Bibliografia**

CARR, Edward Hallet. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

GRIFFITHS, Martim. *50 Grandes estrategistas das relações internacionais*. São Paulo: Contexto, 2004.